

RELATÓRIO SINTÉTICO STJ - PROCESSOS SUSPENSOS NO TJPE até 31.03.2015

TRIBUNAL	Paradigma	Ordem de Inclusão	TEMAS	Descrição	Assunto	Quantidade de Processos Suspendidos TJPE	Tribunal de Origem	OBSERVAÇÃO
STJ	RESP-1101725	96	98	Possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 461 do CPC nos casos de descumprimento da obrigação de fornecer medicamentos imposta ao ente estatal.	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos	2	TJRS	
STJ	RESP-1102457	105	106	Obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não contemplados na Portaria n. 2.577/2006 do Ministério da Saúde (Programa de Medicamentos Excepcionais).	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos	48	TJRJ	
STJ	RESP-1107201	329	298 a 302	Diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de planos econômicos.	Contratos Bancários	10	TJDF	Acórdão publicado em 06/05/11. Interposto RE no STJ em 23/05/11 que foi sobrestado pelo RE 626307/SP .
STJ	RESP-1147595	330	303 - 304	Diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de planos econômicos.	Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos	215	TRF4	Acórdão publicado em 06/05/11. Interposto RE no STJ em 23/05/11 que foi sobrestado pelo RE 626307/SP .
STJ	RESP-1201993	521	444	Prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal, no prazo de cinco anos, contados da citação da pessoa jurídica	Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante	2	TJSP	
STJ	RESP-1299303	629	537	Discussão acerca da legitimidade do consumidor para propor ação declaratória cumulada com repetição de indébito na qual se busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e	ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias	1	TJSC	TEMA 176 STF
STJ	RESP-1309529	646	544	Tese relativa à aplicação da decadência prevista no art. 103 da Lei 8.231/1991, com redação daa pela MP 1.523/1997, sobre o direito do segurado de revisar benefício concedido antes da publicação deste último preceito legal.	Contribuição sobre vinte salários mínimos	1	TRF4	TEMA 313 STF - aguardando ED

STJ	RESP-1340553	688	566 a 571	Processual Civil. Tributário. Sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (LEI nº 6.830/80). No caso concreto, pretende-se saber: a)	Dívida Ativa	8	TRF4	
STJ	RESP-1361182	760	610	Prazo prescricional para exercício da pretensão de revisão de cláusula contratual que prevê reajuste de plano de saúde e respectiva repetição dos valores supostamente pagos a maior.	Planos de Saúde	1	TJRS	
STJ	RESP 1385932	834	663 a 665	(i) Aplicabilidade da Súmula 389/STJ à exibição incidental de documentos	Subscrição de Ações	10	TJRJ	
STJ	RESP 1412433 RESP 1412435 RESP 1381222	881 882 883	699	"possibilidade de o prestador de serviços públicos suspender o fornecimento de energia elétrica em razão de débito pretérito do destinatário final do serviço."	Suspensão no fornecimento de energia elétrica	9	TJRS e TJMT	
STJ	RESP 1320825		903	"definição acerca do momento em que verificado o lançamento e a sua notificação quanto ao crédito tributário de IPVA, com o escopo de fixar o termo inicial do prazo prescricional para a cobrança do crédito	Direito Tributário	2	TJRJ	
STJ	RESP 1480881		918	"se a aquiescência da vítima menor de catorze anos possui relevância jurídico-penal a afastar a tipicidade do crime previsto no art. 217-A do Código Penal, acrescentado pela Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009 – estupro de vulnerável".	DIREITO PENAL	1	TJPI	
					TOTAL	310	Data referência 13.03.2015	

STJ	RESP 1155642 TJPE	0	0	Possibilidade de decretação da prescrição intercorrente de ofício em execução fiscal, antes da entrada em vigor da Lei nº 11.280/06, que deu nova redação ao art. 219 § 5º do Código de Processo Civil	PRESCRIÇÃO	9	TJPE	Encaminhado como representativo de controvérsia pelo TJ/PE, em 05.10.2009 (processo 139780-0/01) - STJ em 03/07/2013 - CERTIDÃO: Informa-se que presente Recurso Especial foi indicado pelo tribunal de origem como representativo da controvérsia, nos termos do art. 543-C, § 1º, do CPC, e art. 1º da Resolução STJ nº 8 de 7 de agosto de 2008.
-----	----------------------	---	---	--	------------	---	------	---